

BALANÇO INDIVIDUAL
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

ACTIVO	Notas	Montantes expressos em euros	
		2017	2016
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	59.184,32	77.246,02
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis	6	0,00	1.185,14
Activos biológicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros activos financeiros		2.725,37	1.687,04
Activos por impostos diferidos			
Outros activos não correntes			
Total do activo não corrente		61.909,69	80.118,20
ACTIVO CORRENTE:			
Inventários			
Créditos a receber	12.1	39.337,76	42.841,59
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Estado e outros entes públicos			
Outras activos correntes		0,00	280,10
Diferimentos	12	7.101,58	6.710,06
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	4, 12.2	2.070.627,86	1.845.576,98
Total do activo corrente		2.117.067,20	1.895.408,73
Total do activo		2.178.976,89	1.975.526,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS:			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14.3	92.540,49	82.894,71
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14.3	736.717,79	736.717,79
Resultado líquido do período		17.749,94	9.645,78
Total dos fundos patrimoniais		847.008,22	829.258,28
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões			
Provisões Específicas	10	1.185.000,00	985.000,00
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total do passivo não corrente		1.185.000,00	985.000,00
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12.1	8.619,26	20.931,64
Estado e outros entes públicos	14.1	16.546,21	14.121,83
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Outros passivos correntes	12.1	94.401,02	85.905,83
Diferimentos	14.2	27.402,18	40.309,35
Total do passivo corrente		146.968,67	161.268,65
Total do passivo		1.331.968,67	1.146.268,65
Total do capital próprio e do passivo		2.178.976,89	1.975.526,93

O Contabilista Certificado

A Direcção



Luís de Fátima Rocha Vieira

C.R.I.D.
NIPC 504382101

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Montantes expressos em euros	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	553.957,49	490.579,16
Subsídios, doações e legados à exploração	8,11	476.670,79	458.681,01
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(50,72)	(490,76)
Fornecimentos e serviços externos		(259.852,30)	(291.127,59)
Gastos com o pessoal	13	(584.473,15)	(534.305,11)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	10	(200.000,00)	(160.000,00)
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	8	54.841,13	64.056,35
Outros gastos e perdas		(4.311,24)	(2.310,39)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		36.782,00	25.082,67
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(22.394,52)	(23.304,53)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.387,48	1.778,14
Juros e rendimentos similares obtidos	8	3.362,46	7.867,64
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		17.749,94	9.645,78
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		17.749,94	9.645,78
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			

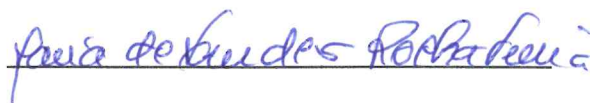
* Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

A informação presente neste documento está sujeita a eventuais correcções

O Contabilista Certificado




A Direcção



C.R.I.D.
NIPC 504382101

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Notas	Montantes expressos em euros	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		586.879,16	500.588,36
Pagamentos a fornecedores		-272.606,92	-278.346,72
Pagamentos ao pessoal		-575.203,01	-533.800,51
Caixa gerada pelas operações		-260.930,77	-311.558,87
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		486.862,48	502.472,15
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		225.931,71	190.913,28
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-5.503,10	-1.957,99
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		-1.038,33	-776,48
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-6.541,43	-2.734,47
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		7.900,80	19.039,65
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-2.240,20	-1.570,70
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		5.660,60	17.468,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		225.050,88	205.647,76
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.845.576,98	1.639.929,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2.070.627,86	1.845.576,98

O Contabilista Certificado

A Direcção



Paula de Fátima Rocha de Sá

Dmy
el

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 DO C.R.I.D.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O C.R.I.D. – Centro de Reabilitação e Integração de Deficientes é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) constituída em 05/02/2000, tem sede na rua de Faro – Bairro Alcaide, freguesia de Alcabideche e concelho de Cascais, é a pessoa colectiva n.º 504382101.

Tem como actividade principal actividades de apoio social (CAE – 88990).

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, face ao previsto no nº 2 do artº 3º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso nº 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro do C.R.I.D.

Os instrumentos legais do SNC são os seguintes:

- Aviso nº15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Portaria nº986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria nº1011/2009, de 9 de Setembro (Código de contas);
- Aviso nº15655/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso nº15654/2009, de 7 de Setembro (Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso nº15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas 1 e 2).

DNUT
OK

2.2. Indicação e Justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentários das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

a) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2017.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

3.1 Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos do CRID, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Programas de computador	3 anos
-------------------------	--------

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das respectivas depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios económicos irão fluir para a empresa e o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registados como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Edifícios e outras Construções	10 a 20 anos
Equipamento básico	7 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros activos tangíveis	8 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes do abate ou alienação do activo fixo tangível são determinadas pela diferença entre os preços de venda e a quantia líquida escriturada do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados.

Loações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no

Dany
PA

valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Imparidade de Activos

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo médio de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade concedidos pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo a serviços prestados no decurso normal da actividade. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com viabilidade.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas a receber – As dívidas dos clientes e outras dívidas a receber estão mensuradas pelo método do custo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar – As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Periodizações – As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondente gastos são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Caixa e depósitos bancários – Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos á ordem e a prazo, e que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Benefícios de empregados – Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela direcção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

Acontecimentos subsequentes

Não existem eventos subsequentes susceptíveis de divulgação.

3.2 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a Estimativas.

Não Na elaboração das demonstrações financeiras anexas foram cumpridos juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do CRID.

Amor
CR

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

Caixa e Depósitos Bancários	Conta	31-12-2017	31-12-2016
Numerário	11	224,09	296,09
Depósitos á ordem bancários	12	375.349,92	191.238,98
Depósitos a prazo	13	1.695.053,85	1.654.041,91
Total de Caixa e Depósitos bancários		<u>2.070.627,86</u>	<u>1.845.576,98</u>

não tem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso imediato.

O montante global de depósito a prazo é 1.695.053,85 €, 1.000.000,00 € representa o saldo na contabilidade desde já afecto com a construção da creche, 175.000,00 € representa o saldo na contabilidade desde já afecto com a construção de um lar de idosos, 500.000,00 € representa o saldo na contabilidade desde já afecto com a construção de um lar residencial.

Amey
CR

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

- a) A mensuração dos activos fixos tangíveis é efectuada ao custo.
- b) Na depreciação dos activos fixos tangíveis é utilizado o método da linha recta, com uma imputação duodecimal.
- c) A vida útil dos bens e as taxas de depreciação usadas respeitam o disposto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.
- d) Os movimentos ocorridos nos valores brutos e nas depreciações dos activos fixos tangíveis foi o seguinte:

Valores brutos	31-12-2016	Adições/Regul.	Alienações/Regul.	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	167.697,11			167.697,11
Equipamento básico	78.437,08	3.147,68		81.584,76
Equipamento transporte	141.304,24			141.304,24
Equipamento administrativo	22.000,29			22.000,29
Outros activos fixos tangíveis	7.505,62			7.505,62
Total dos activos fixos tangíveis	416.944,34	3.147,68		420.092,02

Depreciações acumuladas	31-12-2016	Adições	Alienações	31-12-2017
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	112.425,23	8.212,92		120.638,15
Equipamento básico	76.006,29	726,21		76.732,50
Equipamento transporte	121.388,26	11.665,98		133.054,24
Equipamento administrativo	22.372,92	604,27		22.977,19
Outros activos fixos tangíveis	7.505,62			7.505,62
Perdas imipidade acumuladas				
Total depreciações acumuladas	339.698,32	21.209,38		360.907,70

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística, os saldos existentes em Ferramentas e utensílios foram reclassificados em Equipamento básico.

Dun
PA

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 2016 e em 2017 o movimento ocorrido no montante dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Valores brutos	31-12-2016	Adições	Alienações	31-12-2017
Projectos de desenvolvimento				
programas de computador	6.100,82			6.100,82
propriedade industrial				
Outros activos fixos intangíveis				
Total dos activos intangíveis	<u>6.100,82</u>			<u>6.100,82</u>

Depreciações acumuladas	31-12-2016	Adições	Alienações	31-12-2017
Projectos de desenvolvimento				
programas de computador	4.915,68	1.185,14		6.100,82
propriedade industrial				
Outros activos fixos intangíveis				
Total de depreciações acumuladas	<u>4.915,68</u>	<u>1.185,14</u>		<u>6.100,82</u>

7. INVENTÁRIOS

A desagregação dos inventários e dos gastos no período é a seguinte:

Inventários	31-12-2017	31-12-2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	<u>50,72</u>	<u>490,76</u>
	<u>50,72</u>	<u>490,76</u>

Gastos no período	31-12-2017	31-12-2017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	<u>50,72</u>	<u>490,76</u>

As mercadorias são valorizadas ao custo médio ponderado.

Dr. Rui
CA

8. RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Valores brutos	31-12-2017	31-12-2016	%
Prestação de Serviços	229.951,79	207.424,83	10,86%
Mesoterapia/Fisiatria	304.839,45	264.562,58	15,22%
Quotizações (Receitas Associativas)	19.166,25	18.591,75	3,09%
Proveitos Financeiros	3.362,46	7.867,64	(57,26)%
Outros (Est. Prof./CMC/Donatitos Diversos)	531.511,92	522.737,36	1,68%
	<u>1.088.831,87</u>	<u>1.021.184,16</u>	<u>6,62%</u>

9. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DO BALANÇO

Após a data de Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

10.1. Descrição da natureza dos activos contingentes à data do balanço e estimativa do seu efeito financeiro.

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, verificam-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Descrição	31-12-2016	Constituição e reforço	31-12-2017
Outras provisões	985.000,00	200.000,00	1.185.000,00
Total	<u>985.000,00</u>	<u>200.000,00</u>	<u>1.185.000,00</u>

Fundo de sustentabilidade Económico-Financeiro destinado a responder a necessidades financeiras intercalares ao recebimento de subsídios.

Ami
CR

11. SUBSÍDIOS

11.1. Subsídio à Exploração

Os valores dos subsídios reconhecidos durante o período, são provenientes de:

Subsídios à exploração	31-12-2017	31-12-2016
Centro regional da segurança social	430.886,58	409.555,88
Autarquias	39.316,70	44.510,16
IEFP	6.467,51	4.614,97
Outros		
	<u>476.670,79</u>	<u>458.681,01</u>

11.2. Subsídio ao Investimento

Os subsídios ao investimento relacionados com activos fixos tangíveis, foram apresentados no balanço na rubrica Capitais Próprios e imputados como rendimentos do exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do activo.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas Contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Duy
CA

12.1. Fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “fornecedores/membros/outras contas a receber e a pagar e pessoal” apresentava a seguinte composição:

	Valores brutos	31-12-2016	31-12-2015
Activos			
Outras contas a receber:			
Outros devedores ARS Lisboa			
Outros devedores ARS Évora			
Clientes depósitos			
Uniself			
Total do Activo			280,10
Passivos			
Outras contas a pagar:			
Fornecedores de activos tangíveis			
Credores por acréscimo de gastos			
Outros credores			
Total passivo		94.401,02	85.905,83

12.2. Caixa e Depósitos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte composição:

	Caixa e Depósitos Bancários	31-12-2017	31-12-2016
Activos			
Caixa			
Depósitos á ordem bancários			
Depósitos a prazo			
Total de Caixa e Depósitos bancários		2.070.627,86	1.845.576,98

DMV
EM

13. BENEFÍCIOS DE EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2017	06-01-1900
Remunerações dos órgãos do CRID	43.510,44	41.706,00
Encargos sobre remunerações dos órgãos do CRID	6.552,42	4.788,26
Remuneração do pessoal do CRID	443.857,13	403.142,45
Encargos sobre remunerações do pessoal do CRID	86.039,67	80.842,66
Seguros com o pessoal	4.182,49	2.387,44
Outros gastos	331,00	1.438,30
	<u>584.473,15</u>	<u>534.305,11</u>

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 Estado e Outros entes Públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava as seguintes quantias:

EOEP	31-12-2017	31-12-2016
Activo Corrente		
Imposto sobre o valor acrescentado		
Total de Estado e outros entes públicos		
Passivo Corrente		
Retenção imposto s/ rendimento	5.431,51	4.458,80
Contribuições para a segurança social	11.114,70	9.663,03
Total de Estado e outros entes públicos	<u>16.546,21</u>	<u>14.121,83</u>

14.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos	31-12-2017	31-12-2016
Activos correntes		
Gastos a reconhecer:		
Operações Isentas	7.101,58	6.710,06
Total de Diferimentos	<u>7.101,58</u>	<u>6.710,06</u>

Diferimentos	31-12-2017	31-12-2016
Pasivos correntes		
Rendimentos a reconhecer:		
Receitas antecipadas	27.402,18	40.309,35
Total de Diferimentos	<u>27.402,18</u>	<u>40.309,35</u>

14.3 Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica dos fundos patrimoniais apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	31-12-2017	31-12-2016
Fundos		
Resultados Transitados	92.540,49	82.894,71
Outras variações nos fundos patrimoniais	736.717,79	736.717,79
Resultado líquido do exercício	17.749,94	9.633,67
Total do Capital próprio	<u>847.008,22</u>	<u>829.246,17</u>

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão.

Cascais, 5 de Março de 2018

O Contabilista Certificado



A Direcção

